

4ª CÂMARA CÍVEL

EDCL na Apelação Cível nº 285288-2
285073-1
285070-0
285065-9
285281-3

Embgte: Rosangela Sobreira Gomes da Silva e outro
Embgdo: Hospital Monte Sinai
Rel. Des. Eurico de Barros Correia Filho

ACÓRDÃO

Ementa. Embargos de Declaração em sede de Apelação Cível que reformou a sentença do Juízo a quo e afastou a condenação da apelante em honorários advocatícios em processo no qual foi homologada transação firmada pelas partes. Advogado beneficiário da verba sucumbencial que já havia sido desconstituído anteriormente por sua constituinte.

1. Preliminar de coisa julgada suscitada em contra-razões. Omissão. Constatação. Matéria não apreciada em sede de apelo. Pretensão firmada com base na renúncia do prazo recursal consignada no instrumento de transação. Verba honorária sucumbencial arbitrada na sentença homologatória. Matéria estranha ao instrumento de transação. Recurso de apelação. Possibilidade. Renúncia ao prazo recursal que diz respeito apenas e tão somente às matérias que foram objeto da transação firmada pelos litigantes. Conhecimento da preliminar, porém, rejeitada a pretensão.

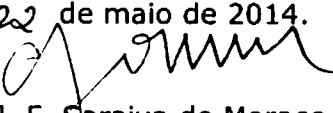
2. Discussão sobre a possibilidade ou não de alteração de cláusula no contrato de honorários advocatícios (partido) firmado entre a embargante e o embargado. Renovação de matéria de mérito. Impossibilidade. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

3. Acolhimento parcial dos aclaratórios para integrar o acórdão embargado quanto à rejeição da preliminar de coisa julgada invocada em contra-razões. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Acordam os desembargadores integrantes da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER PARCIALMENTE OS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, de conformidade com o relatório e voto, que devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de maio de 2014.


Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Des. Relator
(em exercício cumulativo)

tc



4ª CÂMARA CÍVEL

EDCL na Apelação Cível nº 285288-2
285073-1
285070-0
285065-9
285281-3

Embgte: Rosângela Sobreira Gomes da Silva e outro

Embgdo: Hospital Monte Sinai

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

RELATÓRIO

Rosângela Sobreira Gomes da Silva (advogada desconstituída nos presentes feitos) interpôs embargos de declaração em face do acórdão proferido em sede de apelação, assim ementado:

Apelações cíveis interpostas em face de sentença que homologou instrumento de transação firmado pelas partes e, ao mesmo tempo, arbitrou honorários sucumbenciais em favor do antigo patrono da apelante. Razões de apelação idênticas em todos os processos apensos.

1. Pretensão creditória fundamentada em contrato de honorários advocatícios. Observância do disposto no art. 692 do CC/02.

2. Constatação de que as partes firmaram contrato de partido estabelecendo remuneração mensal em favor do causídico. Ajuizamento de ações em favor do constituinte e elaboração de defesas em Juízo naquelas propostas em seu desfavor que estão inclusos nos serviços contratados.

3. Sucumbência que exige para sua configuração, nos termos do art. 20 do CPC, a existência de parte vencida e vencedora na lide. Inocorrência na espécie ante a resolução de mérito da lide ter ocorrido mediante transação firmada pelas partes antes mesmos de ter sido proferida sentença pelo Juízo a quo.

4. Direito do advogado à honorários nas ações em que seu cliente transacionou com a parte adversa sem sua aquiescência. Possibilidade. Precedentes do STJ. Situação que, contudo, não se enquadra na presente lide ante o fato de que a transação foi firmada pelo novo patrono da apelante, ou seja, quando a apelada já havia sido desconstituída no feito.

5. Provimento do recurso. Decisão unânime. Reforma da sentença apenas para excluir da mesma os honorários sucumbenciais arbitrados em favor da recorrida.

Em suas razões recursais, defende a embargante ter havido omissão por parte deste órgão jurisdicional no que tange:

a) a ausência de apreciação da preliminar de coisa julgada arguida em contrarrazões;

b) à alegação de que não seria possível a embargada alterar cláusula contratual no feito de origem (contrato de honorários advocatícios).

É o relatório.

Recife, de maio de 2014.

Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Des. Relator
(em exercício cumulativo)

tc

rep.

4ª CÂMARA CÍVEL

EDCL na Apelação Cível nº 285288-2

285073-1

285070-0

285065-9

285281-3

Embgte: Rosangela Sobreira Gomes da Silva e outro

Embgdo: Hospital Monte Sinai

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

VOTO

De início, registro que os presentes autos consistem em cinco ações em apenso, a saber: Ação Revisional de Dívida (0000974-05.2006.8.17.0640), Rescisão de Contrato (0000039-28.2007.8.17.0640), Monitória (0000037-58.2007.8.17.0640), Execução (0000038.43.2007.8.17.0640) e Embargos à Execução (0000853-40.2007.8.17.0640).

O Juízo *a quo* proferiu sentença simultânea nos cinco feitos homologando o instrumento de transação firmado pelas partes (Hospital Monti Sinai x White Martins do Nordeste), momento em que arbitrou honorários no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em favor da antiga patrona do nosocômio que havia funcionado naqueles feitos.

Ou seja, tanto em sede de apelação quanto nos presentes aclaratórios a questão objeto de todos os feitos é a mesma, qual seja, o arbitramento de honorários em favor da antiga advogada da apelante quando, naquele momento, o Hospital Monte Sinai Ltda já era representado por outros advogados.

Feitos estes esclarecimentos, observo que a omissão destacada pela embargante diz respeito à preliminar de coisa julgada invocada em contrarrazões (intempestividade do apelo do Hospital Monte Sinai Ltda) haja vista terem as partes renunciado ao prazo recursal no instrumento de transação homologado pelo Juízo *a quo*.

Acontece, contudo, que, ao arbitrar honorários advocatícios em favor da ora embargante, o Juízo *a quo* inovou em relação ao instrumento de transação, possibilitando, portanto, que a parte irresignada interpusse o recurso de apelação adequado e necessário à impugnação de tal condenação.

Ou seja, a renúncia ao prazo recursal diz respeito às matérias que foram objeto da transação, o que, todavia, não pode ser aplicado em relação à verba honorária concedida à embargante.

Assim sendo, não merece prosperar a alegada preliminar de coisa julgada por intempestividade do apelo interposto pelo Hospital Monte Sinai Ltda.


No que tange à discussão sobre a possibilidade ou não de alteração de cláusula no contrato de honorários advocatícios (partido) firmado entre a embargante e o embargado, resta evidente que tal matéria reflete indevida renovação de mérito da causa, o que é incabível em sede de embargos de declaração, a saber:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 2. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 3. Hipótese em que o embargante visa à reforma do julgado que afastou a isenção do recolhimento de custas para as entidades de fiscalização profissional. 4. Embargos de Declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1338247/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/09/2013, DJe 30/09/2013)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. WRIT CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEBATE SOBRE PEDIDO E VALOR DA CAUSA. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. ALEGADAS OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. MÉRITO. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. (...) 5. Os embargos de declaração somente possuem serventia para retificar algum dos vícios listados nos incisos I e II do art. 535 do CPC; não possuem o objeto intrínseco de rediscutir o mérito; inexistindo vício, devem ser rejeitados. Precedentes: EDcl no RMS 34.797/PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 9.4.2012; e EDcl no RMS 31.791/AC, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10.2.2012. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no RMS 37.524/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2013, DJe 25/04/2013)

Isto posto, voto no sentido de **acolher parcialmente** os presentes embargos de declaração apenas e tão somente no sentido de integrar ao acórdão embargado a rejeição da preliminar coisa julgada por intempestividade do apelo interposto pelo Hospital Monte Sinai Ltda.

Recife, de maio de 2014.


Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Des. Relator

(em exercício cumulativo)

tc